



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

P.M.S. - SÃO PEDRO DA ALDEIA
Proc. Nº: 920/2023
Folha Nº 336
Rubrica: [assinatura]

1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "a", da lei nº 14.133, de 2021)

- 1.1 Sistema de Registros de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e utensílios de papelaria, com intuito de atender as necessidades das Unidades Escolares e do prédio administrativo da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades, expressas neste termo de referência;
- 1.2 A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, na condição de Órgão Gerenciador do Registro de Preço, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle da presente Ata.
- 1.3 As especificações estão contidas no Anexo I deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 Tal solicitação prende-se ao fato de que os itens do certame serão necessários para suprir as necessidades das 42 Unidades Escolares da rede municipal de ensino que estão em funcionamento e 3 creches novas em construção, que tem previsão de finalização ainda no exercício de 2024, dotando-as de condições técnicas e estrutura física adequada aos alunos e para o desenvolvimento de suas ações;
- 2.2 Algumas Unidades Escolares estão em processo de reforma e ampliação com conclusão prevista também para o ano corrente;
- 2.3 No prédio administrativo há a necessidade de novos itens a fim de compor os setores que estão em funcionamento, contribuir com a organização e realizar a troca dos itens que se encontram desgastados pelo uso contínuo;
- 2.4 Com efeito, buscando melhorar dia-a-dia, o conforto dos alunos e dar condições de estudo, bem como dos funcionários no desempenho de suas atividades.
- 2.5 Considerando a necessidade de itens de papelaria e expediente, para realização de atividades administrativas e pedagógicas, entre outros serviços da Secretaria Municipal de Educação;
- 2.6 Diante do exposto, faz-se fundamental a aquisição desses materiais para o bom funcionamento dos serviços prestados.
- 2.7 Os itens serão adquiridos para as Unidades Escolares, creches e prédio administrativo, de acordo com declaração que comprove a não existência dos itens discriminados, bem como a capacidade de guarda e armazenamento dos itens.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da lei nº 14.133, de 2021)

- 3.1 O objeto desta contratação enquadra como sendo de bem comum, conforme art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2 O Registro de Preço está fundamentado no art. 6º, inciso XLV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3 A contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações – PAC, conforme previsto no Decreto nº 188, de 24 de novembro de 2022. A aquisição também está prevista no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações da SEMED.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9.251/23
Folha Nº 37
Rubrica.

OBJETO	JUSTIFICATIVA PARA A DESPESA
Aquisição de material de expediente	Para manter a funcionalidade adequadas das Secretarias Municipais em suas atividades intrínsecas inclusive quanto ao atendimento ao público

4. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 Considerando que se trata de estimativa de aquisição, sugere-se a modalidade Pregão Eletrônico por Registro de Preços, com previsão de consumo para 12 meses, ajustando-se aos recursos orçamentários, minimizando futuros imprevistos e evitando possíveis prejuízos à Administração, com uma contratação que atenda as reais necessidades, sem restar desperdícios, bem como sem causar interrupção da execução dos serviços.

4.2 Assim a licitação será na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO pelo critério de julgamento do **MENOR PREÇO**, conforme artigo 6º, inciso XLI da lei 14.133, de 2021.

5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 Iniciará o prazo de vigência após o recebimento da autorização de fornecimento;

5.2 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos dentro da vigência do mesmo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", da lei nº 14.133, de 2021)

6.1 Após a análise das opções disponíveis, verificou-se que a aquisição de materiais e utensílios de papelaria, é a melhor solução, visto que outro tipo de contratação não atenderia com maestria a necessidade da SEMED e suas Unidades Escolares;

6.2 Destaca-se ainda que são itens de utilização frequente e sofrem desgaste natural devido ao uso diário.

6.3 Além das unidades em funcionamento, a aquisição irá contemplar as unidades que estão em processo de obra, reforma, ampliação e construção.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "d", da lei nº 14.133, de 2021)

7.1 Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, declarando que a empresa já promoveu o fornecimento da mesma natureza do objeto deste estudo, comprovando aptidão para o fornecimento de objeto pertinente de maneira compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.2 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

7.3 Sustentabilidade:

- a) A licitante que tiver sua proposta selecionada deverá estar ciente da obrigatoriedade em atender aos critérios sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9275/29
Folha nº 1
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
Rubrica.

Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que coube;

- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Conforme Estudos Preliminares, o requisito da contratação abrange o seguinte:
- e) A embalagem deverá obedecer às normas gerais de segurança compatíveis com a natureza do meio de transporte e da própria bagagem, devendo seu custo estar embutido no preço dos serviços de transporte contratados.

7.4 Subcontratação:

- a) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas: Tratar-se de fornecimento de pronta entrega.

8. TÉCNICAS QUANTITATIVAS

- 8.1** As quantidades a serem adquiridas, foram baseadas através de um levantamento solicitado à direção de cada Unidade Escolar e às assessorias de cada setor do prédio administrativo da SEMED, informando individualmente a sua real necessidade.

9. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1** O prazo de validade da Ata de registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84, parágrafo único da Lei 14.133/21. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer aditamentos para acréscimo e supressão de valor, equilíbrio econômico-financeiro, desde que observados os limites fixados pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, e a vigência desses ajustes fica condicionada às regras constantes do art. 105 da Lei nº 14.133, conforme previsão no instrumento contratual.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da Contratante:

- 10.1.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 10.1.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e Propostas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9251/23
GOVERNO MUNICIPAL
Folha Nº 1
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
Rubrica.

- 10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, ou irregularidades verificadas no objeto fornecido como, por exemplo, peso, qualidade e marcas diferentes da ofertada na proposta, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
 - 10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto.
- 10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 11.1.1 Comparecer a reunião inaugural do contrato, obrigatoriamente presencial, no dia e horário acertado com a Contratante, para esclarecimento dos processos de entrega das mercadorias nas Unidades Escolares e posterior envio da nota de cobrança a Secretaria Municipal de Educação. O não comparecimento na reunião tem caráter eliminatório, habilitando a empresa classificada subsequentemente para o fornecimento do (s) item (ns) licitado (s).
 - 11.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 11.1.4 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria Municipal de Educação, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, o produto com avarias ou defeitos;
 - 11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 11.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9275/23
Folha 03
Rubrica. [assinatura]

- 11.1.8 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 11.1.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 11.1.10 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 11.1.11 A CONTRATANTE deverá fazer a retenção do Imposto de Renda (IRRF) no ato da liquidação da nota fiscal;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133/2021.
- 13.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome e matrícula dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

- 14.1 Os produtos serão armazenados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação em local arejado e sem umidade, observando o quantitativo máximo de empilhamento do produto.

15. DO MODELO E EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da lei nº 14.133, de 2021)

15.1 Prazo e local de entrega:

- 15.2 O prazo de entrega dos bens permanentes é de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.
- 15.3 Os bens deverão ser entregues de forma parcelada, no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) localizada à Rua Doze de Outubro nº 203, bairro Estação – São Pedro da Aldeia/RJ no horário de 09:30 à 12h e 13:30 à 16:30
- 15.4 Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proc. Nº	9275123
Folha Nº	1
Rubrica	

com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.

- 15.5** Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.
- 15.6** Os produtos, mesmo entregues e recebidos, ficam sujeitos à substituição pela Contratada, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível no decorrer da utilização;
- 15.7** **Condições de entrega:**
- 15.8** O fornecedor está sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Secretaria Municipal de Educação, através do responsável, o direito de não recebê-los, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.
- 15.9** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 15.10** Os serviços serão recebidos:
- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
 - b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 10 (dez) dias do recebimento provisório; após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 15.11** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 15.12** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 15.13** A fornecedora será responsável pela entrega e/ou recolhimento do material, incluindo custos com frete.
- 15.14** Deverá ser fornecido Termo de Garantia fixado dos equipamentos;
- 15.15** Os eventuais componentes, manuais, ou acessórios, mesmo que não constantes na descrição do objeto, quando fornecidos e acompanharem o produto de fábrica, deverão também ser entregues sem qualquer custo adicional.
- 16. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** (art. 6º, XXIII, alínea "f", da lei nº 14.133, de 2021)
- 16.1** ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
- 16.2** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proc. Nº 92751/23
Folha Nº 362
Rubrica: São Pedro da Aldeia
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

- 16.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 16.4** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 16.5** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 16.6** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.7** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.8** O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.9** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.10** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.11** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 16.12** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.13** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº. 9275/23
Folha Nº. 03
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
Rubrica.

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor (documento de constituição acompanhado de todas as alterações realizadas ou consolidação acompanhada das alterações ocorridas), devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

19.3 Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda vigente;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, “pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação”;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas:
 - c.1 - Federal: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, bem como da Seguridade Social-INSS;
 - c.2 - Estadual: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos (Tributária e Não Tributária), se houver;
 - c.3 - Municipal: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;
 - c.4 - Caso a empresa seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto deste Termo, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Comprovação de Regularidade, através de Certidão Negativa junto ao FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

- 19.4** Na hipótese das certidões exigidas neste Instrumento, em qualquer das fases do processo de compra, não consignarem prazo de validade declarado no próprio documento, tampouco de não constar previsão em legislação específica relacionada com o citado prazo de validade, deverão os referidos documentos terem sido emitidos no máximo há 90 (noventa) dias, contados até a data de sua apresentação.
- 19.5** Certidão Positiva com efeito de Negativa, tem o mesmo efeito da Certidão Negativa.
- 19.6** Caso a proponente detentora do “menor preço” para hora do serviço e do “maior percentual de desconto” para as peças e acessórios, seja Microempresa ou Empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9275/23
Folha Nº 0003/23
Rubrica.

de Pequeno Porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- 19.7** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela proponente, mediante apresentação de justificativa.
- 19.8** A não regularização da documentação fiscal no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência da expectativa de direito à contratação.
- 19.9** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão;
- 19.10** a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência da licitante em serviços/fornecimento do item
- 20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, XXIII, alínea "i", da lei nº 14.133, de 2021)
- 20.1** O valor estimado total é de 7.595.942,67 (sete milhões quinhentos e noventa e cinco mil novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), baseado nas fontes de pesquisa e parâmetros indicados na média aritmética de preços.
- 21. DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**
- 21.1** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.
- 21.2** O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.
- 22. DO REAJUSTE E REVISÃO**
- 22.1** A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 22.2** O critério de reajuste obedecerá ao índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.
- 22.3** Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.
- 22.4** É vedado a Contratada interromper o fornecimento, sendo a referida obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, que não poderá perdurar mais de 45 (quarenta e cinco) dias, estando sujeita às penalidades previstas neste termo de referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. nº 346
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
Folha Nº 346
Rubrica. <i>[assinatura]</i>

23. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 23.1** O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da lei Federal nº 14.133/2021.
- 23.2** Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafo 1º e 2º, do mesmo instrumento legal.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 24.1** Comete infração administrativa de acordo com o artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:
- 24.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 24.3** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 24.4** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 24.5** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 24.6** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 24.7** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 24.8** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 24.9** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 24.10** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 24.11** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 24.12** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 24.13** Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
- 24.14** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 24.15** Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não excedendo, em seu total, o equivalente a 30% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- 24.16** Impedimento de licitar e contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
- 24.17** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 24.18** A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9287/23
Folha Nº 287
Rubrica

- 24.19** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.20** A penalidade por multa será:
- 24.21** De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- 24.22** De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- 24.23** De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.
- 24.24** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.
- 24.25** O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

25. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea "j", da lei nº 14.133, de 2021)

- 25.1** Nos termos dos artigos 12 inciso VII da Lei Federal nº. 14.133/2021 foi elaborado plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.
- 25.2** Os recursos financeiros a serem destinados para a despesa estão assegurados nas seguintes dotações orçamentárias, conforme previstos na Lei Municipal nº. 1.624 de 22 de novembro de 2017, como segue:

12.361.026.2.234 – Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares EN. FUND - 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;

12.361.026.2.235- Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares EN. INFANTIL - 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;

12.361.026.2.236- Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares Creches Municipais - 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;

12.367.026.2.426 - Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares - Ens. Especial - 3.3.90.30.99.00 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO;

12.361.030.2.060 - Manutenção das Atividades Administrativas – SEMED- 3.3.90.30.99.00 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

26. CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

Setor Solicitante	Matrícula	Rubrica
Ricardo Messias	25006	
Elaborador	Matrícula	Rubrica



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

P.M.S.P.A. SEMED
Proc. Nº 9275/23
Folha Nº 1
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
Rubrica.

<i>Enika Cruz</i>	40862	<i>fo</i>
Revisor Orçamentário	Matrícula	Rubrica
<i>Tamir Jones</i>	38408	<i>ff</i>
Revisão Final	Matrícula	Rubrica
<i>Tamir Fernandes</i>	38.637	<i>ff</i>

27. DA SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO

- 27.1** Aprovo o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Secretaria Municipal de Educação e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.
- 27.2** De acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021, **APROVO** o presente Termo de Referência, considerando necessária a contratação do objeto em lide, com vista às justificativas apresentadas e em conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo.

São Pedro da Aldeia, em 27 de março de 2024.

Sheila de Moraes Santos Atalla
SHEILA DE MORAES SANTOS ATALLA
Secretária Municipal de Educação
Mat. 37972